

## **LIBERDADE, IGUALDADE E LAICIDADE: O USO DO *HIJAB* NAS ESCOLAS PÚBLICAS COMO UMA AMEAÇA À ONTOLOGIA REPUBLICANA FRANCESA (1989-2004)**

**BRUNO PEDROSA**

[bruno.cspedrosa@gmail.com](mailto:bruno.cspedrosa@gmail.com)

Mestre em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (Brasil), com especialização na formação de identidade comum do BRICS, e licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com foco nas dinâmicas geopolíticas euro-americanas. Escreve para o laboratório de ideias independente Quo Vademus, e é colaborador externo do Núcleo de Estudos sobre BRICS (NEBRICS), bem como investigador do Grupo de Estudos sobre BRICS (GEBRICS).

### **Resumo**

Este trabalho analisa a perceção do uso do *hijab* nas escolas públicas como uma ameaça ontológica à França. Considerando a laicidade um dos pilares da sociedade e identidade francesas, bem como da escola como base da construção desta narrativa, o uso do *hijab* é considerado uma ameaça à neutralidade religiosa na esfera pública, ferindo os princípios básicos da República. Isto conduziu à aprovação de uma lei que proíbe o uso de vestuário religioso aparente nas escolas primárias de França, apesar de a liberdade religiosa ser um direito fundamental no país. Como metodologia do estudo, analisam-se as declarações e opiniões de dirigentes dos poderes executivo e judicial relativamente ao uso do vestuário e ao princípio da laicidade, e da liberdade de culto em França entre 1989 e 2004.

### **Palavras-chave**

Segurança Ontológica; Laicidade; Islão; Liberdade Religiosa; França

### **Como citar este artigo**

Pedrosa, Bruno (2022). Liberdade, igualdade e laicidade: o uso do *hijab* nas escolas públicas como uma ameaça à ontologia republicana francesa (1989-2004). In Janus.net, e-journal of international relations. Vol. 13, Nº 1, Maio-Outubro 2022. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.1.4>

**Artigo recebido em 23 Outubro 2021 e aceite para publicação em 16 Março 2022**





## **LIBERDADE, IGUALDADE E LAICIDADE: O USO DO *HIJAB* NAS ESCOLAS PÚBLICAS COMO UMA AMEAÇA À ONTOLOGIA REPUBLICANA FRANCESA (1989-2004)<sup>1</sup>**

**BRUNO PEDROSA**

### **Introdução**

Os ataques terroristas têm sido tratados como uma questão de segurança em França desde a década de 1980. No entanto, desde o ataque aos Estados Unidos da América (EUA) a 11 de setembro de 2001, tais ameaças têm sido correlacionadas ao extremismo islâmico, tanto pela comunicação social, como pelo governo francês (França, 2006). Estas preocupações com a segurança do Estado e os seus cidadãos relativamente à comunidade muçulmana no país permearam camadas sociais e trouxeram ao debate público, questões sobre identidade e vida privada.

Estes discursos dirigidos pelo Estado e pelos media aumentaram o estigma em relação aos muçulmanos em França. Stéphane Bauzon (2017: 190) afirma que "os ataques terroristas levados a cabo por islamistas em território francês nos últimos anos reforçaram esta suspeita à religião muçulmana". Além disso, houve um desenvolvimento de um tipo de desconfiança não só à religião, como também a representações e símbolos dela, sendo a utilização do *hijab* o maior exemplo desse fenómeno.

Não obstante, apesar de ser um dos países que exportou ideais como a tolerância e a liberdade religiosa a nível mundial, o governo aprovou em 2004 uma lei que proíbe o uso do *hijab* nas escolas públicas primárias. Esta medida foi aprovada com a justificação de "reafirmar o símbolo republicano da laicidade<sup>2</sup>, promovendo a igualdade e emancipação das mulheres muçulmanas" (Bauzon, 2017: 186). De resto, o sistema educativo francês procura aumentar a coesão interna do país, marginalizando as "fidelidades regionais e religiosas" (Windle, 2004: 97). Ademais, segundo Windle (2004: 97), o sistema escolar público francês é "'livre, secular e obrigatório' e um dos principais garantes dos valores republicanos [...]". Assim, usar o *hijab* poderia "simbolizar [...] uma ameaça às próprias condições da existência da República" (Windle, 2004: 97).

<sup>1</sup> Artigo traduzido por Hugo Alves.

<sup>2</sup> Embora o termo possa ser traduzido por "secularidade" ou "secularismo", aqui é usado o estrangeirismo, que transporta uma carga simbólica e cultural que se perde na tradução. O mesmo se aplica a outros termos estrangeiros neste trabalho. De acordo com o governo francês, laicidade é um valor que garante a "liberdade de consciência". Por isso, permite "a liberdade de manifestar as suas crenças ou convicções dentro dos limites do respeito pela ordem pública". Conclui-se que "laicidade implica a neutralidade do Estado e impõe a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de religião ou convicção" (France, [s.d.]).



Apesar das declarações de Windle (2004), as explicações sobre o uso do aparelho de Estado para lidar com a questão islâmica nas escolas têm sido insuficientes. Isto é observável pela concentração de estudos em segurança interna, tendo o Estado como principal objeto de estudo (Gregory, 2003), e negligência da questão ontológica da segurança vista pela lente da sociedade francesa. Outros pensadores tentam entender o efeito destes símbolos religiosos usando outras interpretações: seja pela comunicação social, por estudos de género ou questões sociais como a integração e a imigração (Carle, 2004). Porém, estes trabalhos não explicam plenamente as motivações das políticas francesas para evitar a utilização do *hijab* nas escolas públicas, embora por vezes sejam interpretadas como inconsistentes com os valores franceses de liberdade e igualdade.

Segundo Resende (2017: 90), os ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA traumatizaram o imaginário coletivo do país, provocando "questões de discursos dominantes sobre a América e os americanos". Face a esta crise de identidade, o autor afirma que para superar o trauma e restaurar a ordem social, "a articulação de um novo discurso dominante capaz de recomeçar é o quadro da inteligibilidade da realidade quebrada em 2001" (Resende, 2017: 90). De igual modo, a utilização do *hijab* nas escolas públicas francesas gerou uma crise nas narrativas dominantes sobre a identidade nacional, o papel da escola e os princípios fundadores da França, como a liberdade e o secularismo.

Dada a insuficiência explicativa da literatura dominante, este trabalho tenta facultar uma perspetiva do problema pela ótica da segurança ontológica. Com base na expansão das perspetivas de segurança e nos estudos sobre identidades como objetos a serem titularizados pelo Estado (Mitzen, 2006; Steele, 2008; Subotić, 2016; Resende, 2017), procura-se responder à seguinte pergunta: como pode o uso do *hijab* nas escolas primárias ser considerado uma ameaça à França? Através desta abordagem, o principal argumento encontra-se no seguinte pensamento: as manifestações religiosas muçulmanas podem ser construídas como supostas ameaças à segurança francesa, mesmo que este processo seja contra os valores fundadores do país.

Com o objetivo de analisar o impacto desta peça de vestuário no imaginário da identidade francesa, a análise do discurso permite compreender as práticas discursivas e narrativas que moldam as perceções da realidade (Hansen, 2013). Outra possibilidade oferecida por este método é "não só explicar o conteúdo das narrativas biográficas de um Estado, mas também revelar como os efeitos de um discurso constituem certos tipos de ação" (Steele, 2008: 10-11). Além disso, a análise dos discursos das autoridades é, simultaneamente, uma fonte e uma prática metodológica do estudo.

A escolha do âmbito temporal é justificada pelo seguinte: em 1989 ocorreu uma polémica em França que ficou conhecida como *affaire des foulards islamiques*<sup>3</sup>, que reacendeu o debate público sobre os limites do secularismo na sociedade do país, notado nas escolas. Em 2004, regressou a discussão quando houve uma proibição legal do uso, não só do *hijab*, como também de outras vestes religiosas nas escolas públicas. O trabalho está dividido em quatro partes: a primeira passa pela compreensão da segurança ontológica como uma abordagem teórica para compreender a titularização da identidade como

<sup>3</sup> Traduzido como o "caso dos véus islâmicos", este caso ocorreu quando três meninas em idade escolar e de origem magrebina foram expulsas da escola por insistirem no uso do *hijab* nas salas de aula.



prática política; a segunda é dedicada ao entendimento do espaço da laicidade no imaginário francês como parte da sua identidade; a terceira analisa o desenvolvimento do fenómeno através da aprovação da proibição da utilização do *hijab* nas escolas; a última descreve as conclusões sobre esta questão.

### **Segurança ontológica: o que é e por que é importante?**

Benedict Anderson (2006: 6) afirma que "as comunidades distinguem-se, não pela sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo da sua representação". As representações baseiam-se em símbolos e narrativas, que imprimem "uma sensação de espaço e um sentido de lugar" (Subotić, 2016: 612) para indivíduos dessas comunidades. Pode dizer-se, então, que as narrativas "desempenham um papel fundamental na construção de comportamentos políticos [...]. Criamos e usamos narrativas para interpretar e compreender as realidades políticas que nos rodeiam" (Patterson e Monroe, 1998: 321).

Subotic (2016: 612) diz que estas narrativas servem de autobiografias. Usadas por indivíduos e grupos maiores, funcionam como uma referência ontológica daqueles que a reproduzem. Ao produzir uma história sobre "de onde é que 'nós' viemos, como é que viemos a ser quem somos, o que nos une como grupo, que propósito e aspirações tem o nosso grupo", as comunidades podem criar uma âncora ontológica que lhes dá "uma sensação de estabilidade e permite seguir em frente". De acordo com Steele (2007: 904), "os agentes do Estado dão sentido às suas ações sobre os outros através desta narrativa [...]". Subotic (2016: 612) conclui que não se pode entender os comportamentos dos atores políticos sem "compreender a narrativa normativa subjacente às escolhas políticas que os atores fazem [...]". Por isso, são as narrativas que permitem ordenar um sentido de "quem eu sou", o que permite a construção de cálculos racionais como uma "condição prévia para saber o que fazer" (Somers, 1994: 618).

Todavia, quando esta narrativa e a sua identidade sofrem uma crise, o Estado tende a adotar medidas para retomar o equilíbrio. Voltando a Steele (2008b: 2), neste cenário "os Estados procuram ações sociais para servir as suas necessidades de autoidentidade, mesmo quando as mesmas comprometem a sua existência física". O autor afirma que a segurança ontológica é mais importante do que a física; isto deve-se à vontade do Estado em manter "os auto-conceitos consistentes, e o Eu dos Estados é constituído e mantido por esta narrativa [...]" (Steele, 2008: 3).

Mas o que é a segurança ontológica? Segundo Mitzen (2006: 342), trata-se "da necessidade de se experimentar como um todo, uma pessoa contínua no tempo – como sendo, e não em constante mudança – para perceber um sentido de agência". Sentir-se ontologicamente seguro significa estar seguro sobre as suas próprias identidades.

Além disso, continuando com Mitzen (2006: 345), a segurança ontológica torna-se importante porque, nesta perspetiva, a identidade é a base da agência de atores, pois quando o indivíduo se encontra numa situação ontológica de insegurança, "não pode relacionar-se sistematicamente com os meios no presente, muito menos com o plano que se avizinha". A estes momentos de "profundas crises ontológicas" (Subotić, 2016: 614), chama-se trauma. O trauma, por sua vez, ocorre quando "os eventos externos não



se encaixam perfeitamente na narrativa de segurança ontológica porque representam um desafio à identidade interna ou externa do Estado" (Subotić, 2016: 614).

Face a estas crises ontológicas, as narrativas presentes nos imaginários das comunidades são ativadas de forma a dar uma base estratégica para as ações políticas (Subotić, 2016). Conforme Subotić, estes discursos dos líderes políticos servem para criar pontes cognitivas entre a ação política e a restauração da autobiografia para manter a sua continuidade". As narrativas dão um significado intersubjetivo à mudança de política. Tornam a mudança política compreensível e aceitável" (Subotić, 2016: 616).

### **A laicidade como pilar ontológico da França**

Como parte da narrativa da identidade francesa, a laicidade é um dos aspetos mais importantes da ontologia da República. Faz parte dos mitos e símbolos nacionais, que "são recipientes nos quais as pessoas projetam imagens idealizadas dos seus valores, culturas, histórias, comunidades e territórios. Em França, um entendimento particular da laicidade está ligado a um sentido de identidade" (Gunn, 2004: 429). Contudo, para melhor compreender a importância dada a este conceito no imaginário francês, importa fazer uma recapitulação histórica da sua construção.

Gunn (2004) informa que houve dois períodos históricos em França essenciais para o desenvolvimento deste conceito como parte da narrativa autobiográfica do país: a Revolução de 1789, e o Período da Terceira República (TR), de 1870 a 1940. O ponto mais importante discutido pelo autor é o facto de que a construção da laicidade "não incorporou os elevados princípios da tolerância, neutralidade e igualdade; pelo contrário, emergiu de períodos de conflito e hostilidade, a maioria dos quais visava a Igreja Católica Romana" (Gunn, 2004: 433).

Durante a Revolução Francesa, um dos principais pontos críticos dos revolucionários foi a influência que a Igreja Católica tinha nos assuntos públicos. Os objetivos dos mais radicais (os jacobinos) eram uma separação total entre o Estado e a Igreja, bem como a própria descristianização da sociedade. "[...] o espírito revolucionário francês de cidadania é entendido como liberdade de religião" (Carle, 2004: 66). Apesar de mais tarde se ter voltado contra protestantes e judeus, a Igreja Católica foi o principal alvo atingido da revolução, sendo os seus bens confiscado e os seus líderes acusados e perseguidos. Gunn (2004: 438) defende que havia uma "exigência de que os cidadãos escolhessem entre as suas religiões e o Estado"; por seu lado, Carle (2004: 66) lembra que "um dos legados mais valorizados da Revolução é o Estado secular e a estrutura institucional pública, e a educação secular implementada por Jules Ferry sob a Terceira República [...]".

Na TR, depois de várias mudanças políticas, o extremismo da Revolução já desaparecera. Gunn (2004) narra que foi durante este período que o termo laicidade começou a ser mais comum nos discursos políticos. Um dos grandes marcos da TR neste sentido foi a total divisão jurídica entre a Igreja e o Estado em 1905, que tinha como princípio, presente desde os tempos da Revolução, "a separação da sociedade civil da sociedade religiosa, não exercendo o Estado qualquer poder religioso, nem as Igrejas qualquer



poder político" (Capitant, 1930: 305). Portanto, "em França, laicidade identifica-se com a República" (Bauzon, 2017: 177).

Durante a TR, o governo iniciou o estabelecimento de um sistema público de ensino primário e começou a "formar professores como defensores da ciência para contrabalançar o padre da aldeia" (Windle, 2004: 98). "A nova estrutura do poder secular substituiu a comunidade religiosa por uma comunidade política, excluiu a religião da vida política, e deu origem a um discurso ainda presente antirreligioso e anticlerical, que fez da laicidade uma experiência particular". Este pensamento estava na percepção do Estado francês de que devia "garantir a liberdade de consciência para todos e a igualdade de todas as convicções" (Nugier *et al.*, 2016: 16), relegando a religião para a esfera privada.

Ou seja, o Estado foi responsável pela neutralidade religiosa dos cidadãos em toda a esfera pública (Nugier *et al.*, 2016: 16). Mais, o secularismo francês é visto como uma garantia da neutralidade por parte do Estado com todas as religiões e uma coesão que permite a unidade nacional (Berg e Lundahl, 2016). Como resultado, o uso de roupa religiosa nas escolas francesas é considerado um ato religioso proselitista e como "uma expressão inaceitável de uma formação religiosa que viola a neutralidade e o caráter laico da escola pública" (Shadid e van Koningsveld, 2005: 48). Tudo isto é demonstrado num discurso do antigo primeiro-ministro francês Laurent Fabius, em 2003: "A escola não é apenas uma em muitos lugares; é onde moldamos os nossos pequenos cidadãos. E o tríptico "laicidade, República, escola" é o tripé em que nos apoiamos" (Fabius, 2003).

Pode também afirmar-se que o modelo do Estado francês de ver a sociedade e as suas inter-relações reforça a neutralidade da representação religiosa. Baseado no modelo centralizador e unitário jacobino, o sistema insiste hoje numa relação individualista entre o Estado e o povo (Doyle, 2011: 487). Para Doyle (2011: 478), isto é explicado por um legado do período revolucionário em que, para "combater a hierarquia dos Estados hereditários", o ideal da reconstrução da nacionalidade francesa se basearia na emancipação de indivíduos de "grupos de afiliação". Por outras palavras, "o republicanismo francês encorajou um forte soro do poder público democrático, mas relegou filiações e identidades culturais, incluindo a religião, para a esfera privada" (Doyle, 2011: 478).

### **O caso dos *Hijabs* nas escolas primárias**

Em 1989, três crianças muçulmanas foram suspensas das suas escolas por não abdicarem de usar o *hijab* na sala de aula. Isto gerou acalorados debates na sociedade francesa sobre se o direito de usar o véu, "reavivou as controvérsias existentes, explorou os medos nacionais do fundamentalismo islâmico e dramatizou novamente as preocupações contínuas sobre o futuro das comunidades muçulmanas imigrantes em França" (Feldblum 1993: 61). A controvérsia chegou ao mais alto tribunal de justiça da França (o *Conseil d'État*), de onde surgiu o parecer de que o uso do *hijab* ou qualquer outra forma de expressão religiosa não afeta os princípios da laicidade (Gunn, 2004). No entanto, o mesmo tribunal declarou que os alunos podiam ser passivos de punição se tentassem fazer qualquer tipo de propaganda religiosa ou perturbar as atividades escolares.



Como não estava claramente resolvida, a questão da utilização do *hijab* nas escolas primárias continuava a ser combustível de debate no país. Ainda, o aumento da imigração desde as antigas colônias francesas de maioria muçulmana, a partir da década de 1980, começou a produzir tensão social em relação ao uso de roupa por parte das muçulmanas no espaço público. A utilização do *hijab* e de outros adornos pelos muçulmanos em França em locais públicos faz com que o estatuto da laicidade e os seus limites sejam questionados. Isto até gera suspeita entre os franceses se os muçulmanos preferem a sua identidade islâmica do que a francesa (Gunn, 2004). Como muitas destas mulheres são imigrantes ou suas filhas, são vistas como estrangeiras, e os seus símbolos também, não totalmente integrados nos valores-padrão e genuinamente franceses, de acordo com as narrativas identitárias prevaletentes. "Os franceses, ao verem o véu, não se orgulham de que o seu país seja tolerante e acolhedor de povos com outros credos, e sentem que algo estrangeiro se infiltrou na sua sociedade (Gunn, 2004: 418-419).

Desde o episódio de 1989, vários casos semelhantes têm sido contestados em França, entre aqueles que querem uma laicidade mais pura e os que não encontram conflitos entre o uso de dispositivos religiosos e o conceito legal. Ademais, para Gunn (2004), todavia, na maioria dos casos, o *Conseil d'État* é a favor do uso do véu, mas sempre alertando para a questão da proselitismo e perturbação da ordem. Contudo, em 2004, a legislação foi aprovada quase por unanimidade a favor da proibição do uso do *hijab* (Windle, 2004).

Este movimento para fortalecer a laicidade (alguns autores até lhe chamam *nouvelle laicidade*)<sup>4</sup> começou em 2003, quando o antigo primeiro-ministro Raffarin disse numa entrevista televisiva que o véu deveria ser absolutamente punido nas escolas públicas (Ockrent e Leclerc, 2003). Logo depois, o Ministro do Interior (posteriormente, Presidente da República) Nicholas Sarkozy, afirmou perante a União das Organizações Islâmicas de França que nenhuma mulher podia usar o véu em fotos de documentos oficiais (Gunn, 2004). Não obstante, embora a questão da laicidade tenha sido construída em relação à Igreja Católica e exportada para outras religiões, "a ameaça do Catolicismo nunca foi retratada como a ameaça contemporânea do Islão o é pela comunicação social. A velha desconfiança do poder religioso é agora combinada com o medo da formação das comunidades separatistas" (Windle, 2004: 98).

A preocupação do Primeiro-Ministro Raffarin sobre a alegada ameaça de que o uso do *hijab* constituiria à República baseava-se numa questão chamada *communautarisme*. Baseado numa "vida fundada na pertença à religião muçulmana", o *communautarisme* é visto como a recusa em adotar o estilo de vida tradicional francês e até como a vontade de reproduzir no território de acolhimento enclaves dos seus países de origem" (Bauzon, 2017: 189). Isto é reforçado pelas próprias palavras do ministro, dizendo que deveria haver um "debate que envolvesse as escolas e o seu futuro", uma vez que "estamos todos convencidos de que a escola é o espaço primário da República" (Raffarin, 2003). Além disso, o ministro (2003) afirmava ser preciso garantir que é na escola que o "valor supremo chamado República não se debate com símbolos ostensivos de *communautarisme* que venham a desequilibrar o nosso equilíbrio escolar". Raffarin concluiu expondo que a escola deve permanecer como "o espaço por excelência da

<sup>4</sup> Para mais informação, ver Rio Nugier et al (2016).



República, e depois da laicidade". Por conseguinte, as autoridades francesas têm a percepção de que a identidade francesa é ameaçada por alegadas infrações à laicidade por grupos religiosos.

Tendo em conta o aumento da intensidade do debate em todo o país, o Presidente Jacques Chirac propôs a criação de uma comissão para avaliar a situação, que deveria dar um parecer até ao final de 2003. Esta comissão pretendia gerar "reflexão sobre a aplicação do princípio da laicidade na República" (Stasi, 2003: 2). Denominado Relatório Stasi (último nome do líder da comissão), o documento apresentou várias propostas de inclusão social e melhoria da vida de comunidades marginalizadas, como os muçulmanos. Não obstante, o ponto que recebeu mais atenção do público foi o seguinte:

*"Adotar as seguintes disposições para as escolas: no que respeita à liberdade de consciência e ao carácter adequado dos estabelecimentos sob contrato, são proibidas nas escolas, faculdades e escolas secundárias" (Stasi, 2003: 68).*

Em dezembro do mesmo ano, o Presidente Chirac pronunciou-se sobre o relatório e abordou a questão da utilização de ornamentos religiosos nas escolas públicas. Na televisão nacional, o presidente agradeceu os esforços da Comissão e fez observações que explicariam a aprovação da proibição da utilização de símbolos religiosos pelo parlamento francês em 2004. No início do seu discurso, Chirac declarou que

*"o debate sobre o princípio da laicidade ressoa nas profundezas das nossas consciências. Recorda-nos a nossa coesão nacional, a nossa capacidade de conviver, a nossa capacidade de nos reunirmos sobre o essencial. A laicidade está inscrita nos nossos corações. Está no centro da nossa identidade" (Eliseu, 2003: 1).*

Ao reafirmar que a França é conhecida "como a pátria dos direitos humanos", continua a elogiar o princípio. E conta como a laicidade é responsável pela realidade em que a França vive. "É em fidelidade ao princípio da laicidade, a pedra angular da República, o eixo dos nossos valores comuns de respeito, tolerância, diálogo, que apelo a todos os franceses para se unirem". Continuando, "estes valores sustentam a singularidade da nossa nação. [...]. São estes valores que fazem a França". Faz também referências diretas ao *communautarisme*, afirmando que "não pode ser uma escolha da França. Tal seria contrário à nossa história, às nossas tradições, à nossa cultura" (Élysée, 2003: 1-3).

Recordando o princípio de que "a escola é um santuário republicano que devemos defender" (Eliseu, 2003: 5), Chirac deu a sua opinião final sobre o assunto. Estas foram as suas palavras:

*"Com isso em mente, estimo que o porte de roupas ou símbolos ostensivamente religiosos deve ser proibido nas escolas e faculdades públicas. Os sinais discretos, por exemplo, uma cruz cristã, uma estrela de David, ou uma mão de Fátima, continuarão a ser permitidos. Pelo contrário, os símbolos ostensivos, ou seja, aqueles cujo tamanho gera reconhecimento imediato a uma pertença religiosa, não são admitidos. O véu islâmico, o kippa*





*ou uma cruz cristã grande, não terão espaço nas escolas públicas. A escola pública permanecerá secular" (Eliseu, 2003: 5).*

Em março de 2004, Chirac assinou uma lei aprovada pela Assembleia Nacional e pelo Senado que proibia qualquer tipo de roupa religiosa nas escolas, incluindo o *hijab*. Perante tudo isto, pode ver-se que a questão da laicidade e, conseqüentemente, da identidade francesa, viu no Islão e no seu vestuário, a sua maior ameaça naquele período. Embora as declarações da Comissão Stasi e de Chirac fossem sobre religiões em geral, no texto foi possível constatar que tanto o início, como o desenvolvimento do debate sobre os limites da laicidade e do *communautarisme* e do vestuário religioso em espaços públicos, a partir de 1989, o Islão tinha sido o principal ponto de partida.

Porém, embora teoricamente se trate de uma contradição na lógica dos valores franceses da tolerância e da liberdade religiosa, sendo uma questão das opiniões do *Conseil d'État*, a decisão de 2004 foi apoiada pelo enviesamento da segurança ontológica. Retomando os pensamentos de Steele (2008) e Subotić (2016), os Estados criam autonarrativas para que as suas ações passadas, presentes e futuras sejam justificadas em termos de identidade "[...] os atores devem criar significados para que as suas ações sejam logicamente consistentes com as suas identidades" (Steele, 2008: 11). Nesse sentido, compreende-se a razão das políticas e o ressurgimento de debates sobre a laicidade na sociedade francesa após o caso *des foulards islamiques*. As ansiedades sobre o futuro da identidade coletiva e a percepção das ameaças entendidas como islâmicas "justificam uma política, fundamentando que a mesma significa ou significaria sobre o respetivo sentido de autoidentidade do Estado" (Steele, 2008: 12).

Em retrospectiva, nos discursos de Chirac, Laurent Fabius e Jean-Pierre Raffarin, lê-se que as expressões religiosas dos muçulmanos franceses estavam a ser consideradas como ameaças à continuidade da autobiografia hegemónica francesa. Os receios e ansiedades da sociedade em relação à sua identidade e, conseqüentemente, à sua existência, levaram o governo a tomar certas decisões.

## Conclusões

Como demonstram as novas abordagens de estudos de segurança, as questões sociais e identitárias têm sido vistas como importantes chaves interpretativas de aparentes realidades. Como conclusões, sugere-se que as manifestações e mobilizações políticas em França em relação à utilização do *hijab* nas escolas públicas, entre 1989 e 2004, foram reações à defesa do princípio da laicidade, como uma das bases ontológicas da nação.

Mas é de salientar que outras questões necessárias à compreensão desta questão estão fora do âmbito deste trabalho. As reflexões sobre se estas reações vieram da sociedade francesa em geral ou apenas daqueles que procuram manter o *status quo* racial e religioso ficam para futuras abordagens. Além disso, questões como a "comunitaridade" e a percepção sobre a relação à integridade nacional foram levantadas ao longo do texto, mas não desenvolvidas de forma abrangente. Outro ponto a abordar é se a ameaça vista no Islão é um preconceito para com os muçulmanos, ou para qualquer outra religião que



não a cristã, de confissão católica, uma vez que a França tem uma memória de intolerância com protestantes (Dia de São Bartolomeu) e judeus (Caso Dreyfuss). Em todo o caso, o objetivo deste trabalho não é esgotar a discussão, mas destacar uma perspectiva negligenciada sobre a identidade na sociedade francesa.

Foram analisados discursos de altos cargos políticos (nomeadamente do executivo), que foram recebidos por uma sociedade temente e ansiosa pela sua identidade, devido ao grande fluxo de imigrantes muçulmanos de antigas colónias francesas, que agitariam narrativas coletivas. Ao fazê-lo, foram criadas ligações cognitivas com a autobiografia francesa, o que tornou aceitável a decisão de proibir o uso de vestuário religioso ostensivo nas escolas públicas, para proteger as bases ontológicas da identidade nacional. Porém, face aos movimentos de imigração e ao vestuário religioso típico, o Islão tornou-se o principal alvo destas políticas.

Por conseguinte, o debate sobre a utilização do *hijab* nas escolas públicas pôde estar no debate da segurança ontológica. Em conclusão, a utilização do aparelho de Estado foi uma ferramenta para defender a identidade francesa, protegendo o princípio da laicidade, antes do Islão, dentro das escolas públicas.

## Referências

- Anderson, B. (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso books.
- Bauzon, S. (2017). 'Le symbole républicain de la laicidade en France'. *Revista Persona y Derecho*. (77), 2017, 177 - 194
- Berg, L. and Lundahl, M. (2016). 'Un/veiling the West: Burkini-gate, princess Hijab and dressing as struggle for postsecular integration', *Culture Unbound*, 8(3), pp. 263–283. <https://doi.org/10.3384/cu.2000.1525.1683263>.
- Capitant, H. (1930). *Vocabulaire: juridique. Rédigé par des professeurs de droit, des magistrats et des jurisconsultes sous la direction de Henri Capitant*. Impr. des Presses universitaires de France.
- Carle, R. (2004). 'Hijab and the limits of French secular republicanism', *Society*, 41(6), pp. 63–68. <https://doi.org/10.1007/BF02688234>.
- Doyle, N. J. (2011). 'Lessons from France: popularist anxiety and veiled fears of Islam', *Islam and Christian-Muslim Relations*, 22(4), pp. 475–489. <https://doi.org/10.1080/09596410.2011.606194>.
- Élysée (2003). *Discours de M. Jacques Chirac, Président de la République, sur le respect du principe de laicidade dans la République, Paris le 17 décembre 2003.*, *Actualités*. Available at: <https://www.elysee.fr/jacques-chirac/2003/12/17/discours-de-m-jacques-chirac-president-de-la-republique-sur-le-respect-du-principe-de-laicite-dans-la-republique-paris-le-17-decembre-2003> (Accessed: 2 July 2021).
- Fabius, L. (2003). *Prononcé le 17 mai 2003 - Discours de M. Laurent Fabius, membre du conseil national du PS, sur les, Vie Publique.fr*. Available at: <https://www.vie-publique.fr/discours/139824-discours-de-m-laurent-fabius-membre-du-conseil->



national-du-ps-sur-les (Accessed: 2 July 2021).

Feldblum, M. (1993). 'Paradoxes of ethnic politics: The case of Franco-Maghrebis in France', *Ethnic and Racial Studies*, 16(1), pp. 52–74. <https://doi.org/10.1080/01419870.1993.9993772>.

France (2006). *La France face au terrorisme*. Paris: La Documentation Française.

France (no date). *Qu'est-ce que la laicidade ?*, *Observatoire de la laicidade*. Available at: <https://www.gouvernement.fr/qu-est-ce-que-la-laicite> (Accessed: 5 July 2021).

Gregory, S. (2003). 'France and the War on Terrorism', *Terrorism and Political Violence*, 15(1), pp. 124–147.

Gunn, T. J. (2004). 'Religious freedom and laicidade: a comparison of the United States and France', *BYU L. Rev.*, p. 419.

Hansen, L. (2013). *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. Routledge.

Krause, K. and Williams, M. C. (1996). 'Broadening the agenda of security studies: Politics and methods', *Mershon international studies review*, 40(Supplement\_2), pp. 229–254.

Mitzen, J. (2006). 'Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma', *European journal of international relations*, 12(3), pp. 341–370.

Nugier, A. et al. (2016). '«Nouvelle laicidade» en France et pression normative envers les minorités musulmanes [Secularism in France and normative pressure against Muslim minorities]', *International Review of Social Psychology*, 29(1).

Ockrent, C. and Leclerc, G. (2003). *Prononcé le 3 avril 2003 - Interview de M. Jean-Pierre Raffarin, Premier ministre, à France 3 le 3 | Vie publique.fr, France 3*. Available at: <https://www.vie-publique.fr/discours/139373-interview-de-m-jean-pierre-raffarin-premier-ministre-france-3-le-3> (Accessed: 2 July 2021).

Patterson, M. and Monroe, K. R. (1998). 'Narrative in political science', *Annual review of political science*, 1(1), pp. 315–331.

Raffarin, J.-P. (2003). *Prononcé le 29 avril 2003 - Déclaration de M. Jean-Pierre Raffarin, Premier ministre, en réponse à u | Vie publique.fr, Service d'Information du Gouvernement*. Available at: <https://www.vie-publique.fr/discours/141461-declaration-de-m-jean-pierre-raffarin-premier-ministre-en-reponse-u> (Accessed: 2 July 2021).

Resende, E. S. A. (2017). *Americanidade, puritanismo e política externa: a (re) produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Contra Capa.

Shadid, W. and van Koningsveld, P. S. (2005). 'Muslim Dress in Europe: Debates on the Headscarf', *Journal of Islamic Studies*, 16(1), pp. 35–61. doi: 10.1093/jis/16.1.35.

Somers, M. R. (1994). 'The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach', *Theory and Society*, 23(5), pp. 605–649. Available at: <http://www.jstor.org/stable/658090>.

Stasi, B. (2003). 'Commission de reflexion sur l'application du principe de laicidade dans



---

la republique', *La Documentation française*.

Steele, B. J. (2007). 'Making Words Matter: The Asian Tsunami, Darfur, and "Reflexive Discourse" in International Politics', *International Studies Quarterly*, 51(4), pp. 901–925. Available at: <http://www.jstor.org/stable/4621748>.

Steele, B. J. (2008). 'Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State', *Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State*, pp. 1–215. <https://doi.org/10.4324/9780203018200>.

Subotić, J. (2016). 'Narrative, ontological security, and foreign policy change', *Foreign policy analysis*, 12(4), pp. 610–627. <https://doi.org/10.1080/01419870.1997.9993974>.

Windle, J. (2004). 'Schooling, symbolism and social power: The hijab in republican France', *The Australian Educational Researcher*, 31(1), pp. 95–112.